

Editorial

Lições de direitos humanos em tempo de pandemia

Numa entrevista online, a pequena Flor pergunta ao entrevistado: — *Vô, o que você aprendeu com a pandemia?* Gilberto Gil pensou, pensou e respondeu lá do fundo: — *É, minha neta, tenho aprendido tanta coisa. Quão provisória é a vida!* Gil jogou um beijo para Flor e sorriu contido.

Realmente, a transitoriedade e fragilidade da vida humana é a percepção mais forte neste tempo de tristeza e ausências que a Covid 19 nos impõe. Falar de direitos humanos torna-se mais imperativo ainda neste momento, em que alastra pelo mundo o sofrimento pelas demandas básicas: acesso aos serviços de saúde, remuneração para sobrevivência, alimentação...

Por isso, muito mais do que divulgar produção científica, a RIDH entende os direitos humanos como ponte de diálogo entre a Ciência e a Ética na comunidade acadêmica, para reafirmar o compromisso da universidade pública com ação transformadora de estruturas sociais que causam o sofrimento humano injusto.

Esse compromisso torna-se cada vez mais um imperativo ético-político no mundo de hoje e exige humildade para aprender ou revistar algumas lições desse tempo de pandemia.

(Re)aprendemos a deixar de lado muitas preocupações corriqueiras para lembrar que a vida, e vida digna, é o primeiro valor e direito fundamental. E quão frágil e efêmera ela é!

(Re)aprendemos que, mesmo com o distanciamento social necessário numa pandemia, não há sobrevivência isolada. Há um fortalecimento da ideia de comunidade global pela consciência da interdependência na defesa da vida. Nenhum indivíduo, grupo ou povo poderá ter imunidade isoladamente. Portanto, cuidar e da própria vida e da vida do outro é o primeiro grande dever ético.

(Re)aprendemos que a sobrevivência da humanidade depende do equilíbrio da vida do planeta Terra. Somos uma parte ínfima da vida planetária e, portanto, a ela pertencemos. Mas, nosso modo de ser antropocêntrico, consumista e extrativista agride e destrói a natureza; e ela apenas reage buscando o equilíbrio. O novo coronavírus não representa uma crise pontual. Ele surge numa conjuntura histórica que sinaliza, há pelos menos 50 anos, um colapso socioambiental em curso. Muitos pesquisadores e povos tradicionais já anunciaram o que agora caminha para ser um consenso mundial. É preciso repensar o curso civilizatório e nele, o projeto da ciência moderna baconiana-cartesiana, fundada no princípio da dominação da natureza e, por consequência, na dominação do outro. Como aprender a viver, não mais na arrogância de senhor da natureza, mas na humildade de um transformador cuidadoso?

(Re)aprendemos que a volta à normalidade, que tanto queremos, significa a liberdade pessoal de ir e vir, de conviver, de abraçar..., todavia, é evidente que a realidade social, há muito não está em “normalidade” no Brasil, com a pobreza, a cultura da violência, a matança da juventude nas favelas, o racismo estrutural, a violência contra a mulher e a população LGBT, o desemprego em massa, a perda dos direitos trabalhistas, a destruição das florestas e dos povos indígenas, o autoritarismo e as ameaças à democracia institucional. Quais as formas de luta contra essa “normalidade”, na quarentena?

(Re)aprendemos, com a pandemia, que o isolamento social é muito mais do que uma obrigação; é, sobretudo, um direito humano de todos de proteção à vida. Sendo um direito, o Estado e toda sociedade tem a obrigação de garantir as condições sociais e econômicas para todos terem, no isolamento social, uma vida digna e protegida. Como garantir esse distanciamento social em favelas, onde faltam condições básicas de moradia, higiene e alimentação?

(Re)aprendemos que com a presença da autoridade do Estado democrático e socialmente justo é possível intervir técnica e humanamente para salvar vidas na pandemia, em parceria com as instituições e movimentos sociais. Já o Estado neoliberal, surfando nas ondas do mercado, prefere salvar a economia a proteger vidas. E isso revela ser um falso dilema. Não há economia em vidas, mas é possível proteger vidas se a economia, mesmo em crise,

estiver voltada para o bem estar de todos e não para o lucro de poucos.

(Re)aprendemos que somente a ciência pode nos salvar do novo coronavírus. A ciência, construída na modernidade ocidental, foi sem dúvida alguma uma das grandes conquistas da humanidade. Todavia, esta mesma ciência, que hoje endeusamos como tábua de salvação, também traz as contradições históricas do capitalismo. O discurso científico moderno, ao lado filosófico e do religioso, serviu como justificativa para o projeto de expansão e dominação da cultura europeia na colonização dos outros povos. Ainda hoje, a ciência da saúde, por exemplo, produzida em grande parte dos cursos de medicina, não prioriza estudos sanitaristas e doenças decorrentes das péssimas condições de vida de mais da metade da humanidade. Que mundo é esse, em que os bens da ciência estão ao alcance apenas de 30% da humanidade?

(Re)aprendemos que a ética tem nome: solidariedade. Diante das imagens chocantes da miséria esquecida e ocultada, do desespero na porta dos hospitais e da dor do luto, aflorou o valor da empatia. A quarentena revelou ser um tempo de solidariedade. Entretanto, essa solidariedade emergencial, que toca rápido os corações, somente terá um poder transformador, ao longo do tempo, se vier fortalecer os movimentos sociais para exigir que as instituições e poderes constituídos concretizem políticas públicas, aprovelem leis, mudem estruturas sociais para superar as desigualdades sociais.

(Re)aprendemos que o fundamento ético dos direitos humanos, numa humanidade tão diversa culturalmente, não está um princípio filosófico universal. O diálogo sobre o respeito à dignidade humana pode ser estabelecido entre pessoas, grupos e povos a partir de um sentimento comum: o sofrimento do outro. Sim, a sensibilidade ética para com o sofrimento do outro, pudemos presenciar pelo mundo afora neste tempo de pandemia. O respeito ao mistério da morte e à dor das famílias enlutadas, contrapondo-se à banalização do sofrimento alheio, é uma conquista civilizatória a ser cultivada na educação desde a infância.

(Re)aprendemos que o diálogo estreito entre a escola, a família e a comunidade é uma exigência para a realização plena do direito à educação presencial ou, excepcionalmente, a distância. E que a educação de qualidade social é aquela que nos torna sujeito de direitos na convivência solidária com o outro, também sujeito de direitos.

(Re)aprendemos, enfim, que a humanidade só é humanidade se for para todos. Senão, não é humanidade. A seleção natural é seleção natural, não é humana. A nossa vida humana é justamente humana, porque nós – contrariando a seleção natural excludente – criamos uma ética que propõe a inclusão de todo mundo.

A edição 14 da *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos* traz pesquisas e estudos anteriores à quarentena, mas nem por isso deixa de nos oferecer dados e reflexões para entender por que o novo coronavírus vem trazendo mais sofrimentos às populações empobrecidas pela exploração capitalista, vítimas do racismo e da discriminação sexual.

São temas dessa edição: - direitos humanos e a ciência criminal; - direitos humanos e ressentimento contra a civilização; - educação em direitos humanos na universidade; - educação em direitos humanos pela matemática; - direitos humanos, neoliberalismo e comunicação; - lutas das mulheres na política; - mecanismo de prevenção e combate contra a tortura; - precarização do trabalho no México; - trabalho da pessoa *trans* no direito internacional; - crise climática como violação dos direitos humanos; e - direitos humanos e direitos dos animais.

Podemos entrelaçar cada um destes assuntos com violações de direitos humanos que vemos e vivemos em tempo de pandemia.

* * *

Os posicionamentos, contidos nos artigos publicados, são de responsabilidade dos/as autores/as.

Junho de 2020.

Clodoaldo Meneguello Cardoso
Editor